

## Componentes estruturais da teoria do dinheiro no capitalismo

Claus M. Germer\*

e-mail: cmgermer@sociais.ufpr.br

### 1. Introdução

Este artigo procura elaborar um esboço da estrutura completa da teoria de Marx sobre o dinheiro no capitalismo, isto é, partindo da análise da derivação do dinheiro a partir do trabalho até as formas em que se apresenta na economia capitalista. O retorno ao desenvolvimento teórico originalmente realizado por Marx justifica-se por dois motivos. Em primeiro lugar pelo ínfimo e fragmentário trabalho de elaboração teórica sobre os problemas monetários no campo especificamente marxista, e em segundo lugar pela grande influência de conceitos importados de outros paradigmas teóricos, geralmente incompatíveis com a teoria de Marx, e que resultam na deformação ou até no abandono, muitas vezes não explicitado ou até despercebido, de pressupostos e categorias fundamentais do sistema marxista, desarticulando a coesão interna que ele possui, e que deve caracterizar um paradigma teórico que tenha pretensões de solidez e rigor conceitual.

Os textos que focalizam a teoria de Marx sobre o dinheiro no capitalismo são frequentemente baseados em uma leitura incompleta desta teoria. Efetivamente, as fontes cobrem principalmente os três capítulos iniciais do Livro I do *O Capital*, complementados pela *Contribuição*, publicada em 1858. Os *Grundrisse*, no qual são desenvolvidos os fundamentos teóricos dos conceitos de valor e dinheiro, e os capítulos do *O Capital*, III, que examinam o dinheiro no capitalismo, não são suficientemente explorados. Isto conduziu a interpretações equivocadas da teoria do dinheiro de Marx em dois pontos cruciais: o primeiro refere-se ao problema da forma-mercadoria do dinheiro, demonstrado nos *Grundrisse*; o segundo é a caracterização do dinheiro e de suas funções no capitalismo, feita no Livro III de *O Capital*. O entendimento preciso da teoria de Marx sobre o *dinheiro no capitalismo* é impossível apenas com base no Livro I de *O Capital*. É necessário, primeiramente, determinar a natureza da diferença entre o dinheiro e o capital, tema extensamente discutido por Marx nos *Grundrisse* mas mencionado apenas sumariamente no Livro I de *O Capital*.

O objetivo do presente artigo é fundamentar a proposição de que a teoria de Marx sobre o *dinheiro no capitalismo* deveria ser entendida como um sistema consistindo de três partes fundamentais: primeiro, a teoria do dinheiro como uma categoria pertencente à esfera da circulação de mercadorias, não especificamente ao capitalismo; segundo as características que distinguem o capital, como uma categoria pertencente especificamente à economia capitalista, do dinheiro; terceiro, as funções desempenhadas pelo dinheiro no capitalismo, e as formas e leis particulares sob as quais o faz.

Também se procurará evidenciar a necessidade de corrigir uma omissão frequente nos estudos que focalizam a teoria de Marx sobre o dinheiro: não levar em conta as conexões e diferenças entre os conceitos de dinheiro e capital e entre o dinheiro nas funções de meio circulante<sup>1</sup> e como capital monetário. Sem explicitá-lo, o entendimento

\* Professor do Departamento de Economia, da Universidade Federal do Paraná

<sup>1</sup> Ver nota de rodapé n. 24.

da exata inserção do dinheiro no capitalismo torna-se extremamente difícil. Esta omissão parece resultar do desconhecimento da estrutura completa da teoria de Marx sobre o dinheiro, que deveria ser encarada como uma estrutura complexa, constituída por três blocos, que têm sido indevidamente examinados isoladamente: primeiro, a definição do dinheiro; segundo, as implicações da transformação do dinheiro em capital; terceiro, o dinheiro e o dinheiro de crédito no capitalismo.

## 2. O dinheiro: 'modo de ser *material* da riqueza *abstrata*'

Na teoria de Marx as categorias teóricas da economia representam relações econômicas entre os indivíduos em sociedade, na produção e na circulação, ou relações sociais de produção, que frequentemente apresentam-se como objetos ou coisas. Coerentemente com isto, a maioria dos autores marxistas reconhece, de modo mais ou menos explícito, que o dinheiro e o capital traduzem relações econômicas definidas - e diferentes - entre os indivíduos. Entretanto, nem sempre o que está dito foi compreendido, segundo o dito profundo de Marx, "o que ele não sabe, ele entretanto o diz" (OC, I, p. 56). Assim, em alguns textos esta afirmação aparece mais como uma declaração de princípio mas sem conteúdo claro. No caso do dinheiro, por exemplo, afirmar que ele expressa uma relação social determinada significa que ele constitui a expressão material de uma relação econômica entre produtores privados de mercadorias em sociedade, ou, em outras palavras, ele representa uma relação social materializada ou convertida em objeto ou coisa. A relação social que o dinheiro expressa é a relação vendedor/comprador, que ocorre na esfera da circulação, entre possuidores individuais e privados de mercadorias, relação esta que possui caráter estrutural decorrente da vigência da propriedade privada dos meios de produção e da divisão social do trabalho em que os produtores estão inseridos. Disto resulta que, por um lado, se o dinheiro está presente, a relação que ele expressa também está; por outro lado, quando presente o dinheiro representa apenas esta relação. Por exemplo, o dinheiro em si não representa a relação de crédito, conseqüentemente não gera juros.

O dinheiro, no qual a relação vendedor/comprador se materializa, é definido por Marx como uma mercadoria especial<sup>2</sup> que desempenha a função de equivalente geral de valor em todo o âmbito da sociedade mercantil, ou seja, inicialmente no âmbito estrito da circulação de mercadorias, da qual se irradia e contamina as demais esferas da sociedade. Rigorosamente, o desenvolvimento teórico e histórico do dinheiro, exposto por Marx, dá origem às seguintes definições. Primeiro, como categoria teórica o dinheiro é "o modo de ser *material* da riqueza *abstrata*" (Marx, 1980, p. 188, grifos no original). O termo "abstrata", ao contrário do que alguns autores supõem, não é sinônimo de imaterial, mas designa a riqueza ou valor, *abstraidos* os valores de uso particulares (ou mercadorias comuns) aos quais está fundido quando é gerado. Segundo, como categoria da realidade, o dinheiro é "a mercadoria que funciona como medida de valor e também, corporalmente ou por intermédio de representantes, como meio de circulação" (OC, I, p. 110), isto é, é a mercadoria na qual se unificam as funções de medida de valor e meio de circulação. Em terceiro lugar, finalmente, a mercadoria concreta que corresponde a estes conceitos é

<sup>2</sup> Em toda a sua obra, Marx é explícito e coerente sobre o fato de o dinheiro ser uma mercadoria. Pode-se citar os seguintes trechos: "Em contraste com as mercadorias, que apenas simbolizam a existência independente do valor, do trabalho social geral, da riqueza abstrata, o ouro é o modo de ser *material* da riqueza *abstrata*" (Marx, 1974, p. 214; 1980a, p. 188, grifos no original); "o dinheiro é o meio material no qual os valores de troca são submergidos ..." (Marx, 1977, p. 95); "... a mercadoria deve ser antes de tudo trocada por uma mercadoria *universal*..." (Ibidem, p. 96, grifo acrescentado); "... dinheiro (o material da mercadoria, que serve como medida do valor e conseqüentemente como dinheiro)" (Marx, 1976b, p. 21, grifos acrescentados); "A mercadoria que funciona como medida do valor e também, corporalmente ou por intermédio de representantes, como meio de circulação, é dinheiro" (OC, I, p. 110, grifo acrescentado). "O valor de troca desvinculado das próprias mercadorias e existente ele mesmo como uma mercadoria junto a elas é: *dinheiro*" (Marx, 1977, p. 70, grifos acrescentados).

o ouro, que portanto é o dinheiro. Assim, o dinheiro, na teoria de Marx, é estritamente o material que é ao mesmo tempo a medida do valor e o meio de circulação<sup>3</sup>.

A constituição do dinheiro é precedida, por um lado, pelo surgimento de várias mercadorias como equivalentes de valor de abrangência limitada. Apesar de não intervirem como mediadoras das trocas, no sistema de troca direta, facilitam a avaliação dos valores das mercadorias a trocar. Por outro lado, o surgimento do dinheiro é precedido por formas rústicas e intermitentes de intermediários das trocas, diferentes dos equivalentes mas neles baseados. Quando a função de equivalente se unifica em uma só mercadoria que substitui os equivalentes particulares e, ademais, circula sistematicamente mediando as trocas, é que está constituída a forma dinheiro. Isto significa que as funções de medida de valor e meio de circulação aparecem separadamente e precedem o surgimento do dinheiro. O que é novo, no dinheiro, é o fato de que as duas funções são realizadas por uma só mercadoria. Esta parece ser a razão pela qual, na exposição de Marx no *O Capital*, a seção intitulada 'dinheiro' vem depois da exposição destas funções: é que elas não resultam da constituição do dinheiro, mas a precedem. As funções de meio de entesouramento e de pagamento, além de dinheiro mundial, ao contrário, só podem ser realizadas pelo dinheiro como tal, isto é, pela mercadoria que realiza unificadamente as duas funções anteriores. Este é o desenvolvimento qualitativo representado pelo aparecimento do dinheiro. Assim, as funções do dinheiro, segundo a exposição de Marx, devem ser divididas em dois grupos: as que precedem e as que sucedem a emergência do dinheiro.

O fato de o dinheiro dever ser, necessariamente, uma mercadoria, não é artigo de fé, mas possui fundamentos teóricos rigorosos, expostos por Marx nos *Grundrisse*<sup>4</sup>. Marx demonstra que o valor das mercadorias não pode ser diretamente representado no tempo de trabalho particular contido em cada mercadoria, mas apenas em trabalho abstrato ou social médio, mas este só pode apresentar-se indiretamente, sob a forma de uma mercadoria. Dada esta demonstração, as versões contemporâneas, no campo marxista, sugerindo que a definição do dinheiro não exige a sua materialidade, deveriam contestar fundadamente a definição de Marx e fornecer uma definição alternativa convincente, o que ainda não foi feito. A demonstração de que o dinheiro deve ser uma mercadoria foi feita por Marx por dois caminhos. Por um lado, observando o processo histórico concreto de gestação do dinheiro no interior da gestação da economia mercantil, e por outro lado, desenvolvendo teoricamente a natureza do valor e do dinheiro. Esta última demonstração, resumida a seguir, apesar de menos conhecida, é a mais importante, pois ela ao mesmo tempo demonstra ser inadmissível, *no sistema teórico de Marx*, postular um caráter imaterial para o dinheiro.

A argumentação de Marx apóia-se na definição teórica da natureza ou essência do valor e do dinheiro. O valor é o nexo social que vincula os produtores independentes, dadas a propriedade privada e a divisão social do trabalho. Sua substância é o trabalho abstrato ou social, isto é, média social do universo dos trabalhos particularizados - diferente do trabalho privado individual e oposto a ele, embora dele originado -, de modo que a magnitude do valor expressa o tempo de trabalho abstrato contido em cada mercadoria. Mas em que forma observável o valor expressa o tempo de trabalho

<sup>3</sup> Deve-se notar que, uma vez definido o dinheiro como uma mercadoria especial convertida em equivalente geral de valor, é incorreto dizer que a teoria de Marx é uma teoria do "dinheiro-mercadoria", pois o termo "dinheiro" já o define como uma mercadoria, e por outro lado, na teoria de Marx, não há dinheiro imaterial, apenas formas derivadas do dinheiro para exercerem algumas das suas funções, como por exemplo o dinheiro de crédito. É correto, porém, designar a mercadoria que funciona como dinheiro com a expressão "mercadoria-dinheiro", que no capitalismo acabou sendo o ouro.

<sup>4</sup> Sendo esta obra uma coleção de anotações, a divisão interna difere em diferentes edições. Na edição aqui utilizada, a exposição dos fundamentos do conceito do valor encontra-se no "El capítulo del dinero", em especial nas p. 61-103 (Marx, 1977). Nas obras posteriores Marx não voltaria a tratar destes fundamentos com o mesmo detalhe, sendo por conseguinte indispensável consultar esta primeira obra.

abstrato, isto é, em que forma material este se revela ao observador? Expressá-lo significa declarar a quantidade de trabalho social contido na mercadoria, e nenhuma forma de dinheiro expressa o valor diretamente em tempo de trabalho, mas sempre em valor de troca ou preço, representado por certa quantidade da mercadoria-dinheiro. Se o dinheiro é ouro, o preço da mercadoria expressa-se em certa quantidade de ouro. Por que não diretamente em tempo de trabalho? Dois aspectos desta questão devem ser assinalados<sup>5</sup>. Em primeiro lugar, o trabalho em si não existe como um objeto ou coisa, mas apenas como atividade em processo de realização. Terminado o processo de produção, encerrou-se também a atividade do trabalho e dele nada mais resta, exceto o seu produto. Assim, o tempo de trabalho só existe materialmente, de modo observável, no produto do trabalho, e sua quantidade só pode ser medida na quantidade do produto<sup>6</sup>. Consequentemente, as quantidades de trabalho social só podem ser representadas por quantidades de uma mercadoria tomada como padrão.

Em segundo lugar, a quantidade de trabalho materializado no valor de uso de cada mercadoria é um trabalho individual, de tipo particular, portanto não expressa diretamente trabalho social. Como trabalhos particulares, as mercadorias são diferentes umas das outras. Portanto, para uma mercadoria ser trocada pelo produto de outro trabalho particularizado, ambas devem converter-se em - ou devem legitimar-se como - expressões de trabalho social ou abstrato, e isto só é possível se puderem traduzir-se em um produto do trabalho convertido pelo processo das trocas em expressão do trabalho social em oposição aos trabalhos particulares<sup>7</sup>. Esta mercadoria, que é o dinheiro, reveste-se não só da materialidade de todos os produtos do trabalho, mas é ao mesmo tempo apenas um símbolo no qual o conjunto dos produtores representa o trabalho na sua dimensão social, pois o trabalho só existe materialmente em produtos particulares, como formas de trabalhos particulares. Nenhuma mercadoria - nem a mercadoria-dinheiro - pode ser diretamente expressão de trabalho social, exceto simbolicamente. Assim, a mercadoria-dinheiro é também um símbolo, mas símbolo material, do trabalho social, isto é, simboliza na sua matéria (produto do trabalho particular), uma certa quantidade de trabalho social (Belluzzo, p. 83-4).

Por outro lado, o fato de as mercadorias serem trocadas pelos seus valores, isto é, através da equiparação dos tempos de trabalho abstrato, não é um "fenômeno de percepção direta pelos indivíduos" (Weeks, p. 36), mas um pressuposto subjetivo do processo de trocas e torna-se explícito apenas como resultado da observação e da reflexão (Ibidem, p. 39).

Diante da demonstração de Marx, a contestação de Lipietz não parece convincente, pelo que se depreende dos seus argumentos. Este autor procura demonstrar que o dinheiro de crédito pode ser considerado um "dinheiro real" ("vraie monnaie"). Em primeiro lugar, Lipietz apresenta como fundamento da defesa que muitos marxistas fazem do dinheiro como mercadoria, um argumento de Marx que não é, porém, o seu

<sup>5</sup> A exposição deste ponto, por Marx, é importante e encontra-se nos *Grundrisse* (Marx, 1977, p. 95-102).

<sup>6</sup> "O próprio tempo de trabalho existe como tal só subjetivamente, sob a forma da atividade" (Marx, 1976a, p. 102).

<sup>7</sup> "A necessidade de um dinheiro diferente do tempo de trabalho surge precisamente da necessidade de expressar a quantidade de tempo de trabalho não em seu produto imediato e particular, mas em um produto mediato e universal, em seu produto particular na medida que é igual e conversível a todos os demais produtos correspondentes ao mesmo tempo de trabalho, correspondentes ao tempo de trabalho presente não em uma mercadoria, mas simultaneamente em todas as mercadorias, e por isso em uma mercadoria particular que representa todas as outras. O tempo de trabalho não pode ser ele mesmo imediatamente o dinheiro (...) precisamente porque de fato ele existe sempre só em produtos particulares (como objeto): como objeto universal, o tempo de trabalho pode existir só simbolicamente, e por sua vez precisamente em uma mercadoria particular que é posta como dinheiro" (Marx, 1977, p. 96, grifos acrescentados).

verdadeiro fundamento: “O dinheiro só se confronta com outras mercadorias como dinheiro por já antes ter-se contraposto a elas como mercadoria” (OC, I, p. 69, citado em Lipietz, p. 137). Este argumento apenas diz que o ouro só é dinheiro por já ter sido uma mercadoria, mas o ponto crucial a ser demonstrado, como indicado acima, é porque o tempo de trabalho abstrato ou valor contido nas mercadorias *somente pode expressar-se através de uma mercadoria*. Em segundo lugar, toda a demonstração de Lipietz, sobre a relevância do dinheiro de crédito, parte do dinheiro já constituído na fórmula  $xM=yN$  (Ibidem, p. 138), portanto pressupõe os valores já medidos e uma estrutura de preços relativos já existente, quando ele deveria demonstrar de que modo uma espécie imaterial de dinheiro poderia surgir independentemente da troca imediata das mercadorias. Ou seja, deveria demonstrar o modo pelo qual uma espécie imaterial de dinheiro poderia medir os valores das mercadorias e gerar uma estrutura de preços relativos. Isto significa que Lipietz não ofereceu uma alternativa para o problema da medida do valor, que é a função originária e insubstituível do dinheiro (=ouro). Parece que a teoria de Lipietz tem duas debilidades como tentativa de correção da teoria de Marx. Por um lado, a demonstração de que as funções de meio de circulação e de pagamento do dinheiro podem ser realizadas por formas dele derivadas, como o dinheiro de crédito, foi feita por Marx de modo satisfatório, de modo que a demonstração de Lipietz parece não apresentar uma solução nova; por outro lado, as estimativas do “equivalente-trabalho do dinheiro” e do “valor da força de trabalho”, apresentadas por Lipietz (p.35-37), pressupõem a existência da estrutura de preços, portanto pressupõem a ação de algo funcionando como medida dos valores. Devê-se observar que o “equivalente-trabalho do dinheiro”, constituindo apenas uma estimativa do observador - ou numerário - não resolve o problema de como, na economia real em movimento, as mercadorias realizam a façanha de expressar os seus valores em uma forma-dinheiro.

A interpretação de Foley, por outro lado, afasta-se bastante da demonstração de Marx sobre o caráter do dinheiro. Ele introduz uma sutil alteração no argumento básico de Marx, ao afirmar que o valor “manifesta-se na forma de dinheiro, que é apenas valor separado de *qualquer mercadoria particular*” (Foley, p. 14, grifos acrescentados), interpretando isto como se Marx tivesse afirmado que o dinheiro pode ser algo que não uma mercadoria. Foley aparentemente deixou de perceber que, na conceituação de Marx, as *mercadorias particulares* opõem-se à *mercadoria geral* (Marx, 1976a, p. 100; 1980, p. 127), que é a mercadoria-dinheiro, e não a *não-mercadorias* (ver nota de rodapé 2). Foley atribui ao conceito de dinheiro (=ouro) de Marx uma superficialidade que ela não possui (e a Marx um simplismo ingênuo injustificável), ao atribuí-lo à mera influência dos hábitos dominantes no seu tempo: “Marx, vivendo no século dezanove, quando o padrão-ouro era a forma monetária dominante, pressupõe que o equivalente geral deve ser uma mercadoria produzida, como o ouro, pelo trabalho humano”, acrescentando que, no século XX os sistemas monetários evoluíram para “um sistema no qual o equivalente geral é uma unidade de conta abstrata, como o ‘dólar’” (Ibidem, p. 20). O dólar, porém, é apenas uma unidade monetária convencional, mas não equivalente geral ou medida de valor, pois para isto teria que ser uma mercadoria.

### 3. O capital: valor como sujeito ou dinheiro em processo

\* Neste aspecto o ponto de vista de Lipietz parece coincidir com o de Foley (Foley, p. 14-15). Weeks argumenta em sentido contrário: “A mercadoria-dinheiro fornece uma teoria do nível absoluto de preços com valores relativos dados, e uma teoria que rejeita a necessidade de uma mercadoria-dinheiro deve fornecer uma explicação alternativa do nível de preços...” (Weeks, p. 104).

<sup>9</sup> Esta interpretação transparece na sua afirmação de que “o passo final para a forma dinheiro do valor completa é dado quando uma mercadoria ou uma unidade de conta abstrata torna-se socialmente aceita como o equivalente geral e é comumente utilizada como a medida de valor das mercadorias” (Ibidem, p. 20, grifos acrescentados).

Marx dedicou um esforço extraordinário para marcar, com nitidez, o fato de que o dinheiro e o capital são categorias essencialmente distintas, sendo entretanto facilmente confundidas no plano teórico, o que é uma das causas da dificuldade de apreender com precisão a natureza e a dinâmica do capitalismo<sup>10</sup>. As diferenças entre o dinheiro e o capital são extensamente analisadas nos *Grundrisse* (1977, p. 177-258), no qual são detalhadamente focalizados os problemas teóricos propostos pela transformação do dinheiro em capital. O tema é abordado de modo mais resumido na parte não publicada da *Contribuição* (Marx, 1980) e nos manuscritos de 1861-63 (Marx, 1976b), e aparece em uma versão extremamente sucinta no capítulo 4, do Livro I do *O Capital*. Nesta obra não só a análise original encontra-se reduzida, mas a exposição, como o autor esclareceu, obedece a critérios e a uma ordenação não necessariamente idênticos à investigação. Neste sentido, o texto de *O Capital* referente a este tema consiste mais na exposição dos resultados do que do processo de elaboração teórica<sup>11</sup>. Como aqui o interesse dirige-se principalmente aos fundamentos teóricos da análise de Marx, a leitura dos *Grundrisse* e demais textos anteriores ao *O Capital* é essencial para a compreensão da sua concepção teórica sobre o processo de transição do dinheiro para o capital.

O capital, como categoria significativa da realidade e da teoria, representa também uma relação econômica entre os indivíduos na produção social. O dinheiro, presente no capitalismo, continua expressando a relação vendedor/comprador, mas apenas esta. O capital, por sua vez, expressa uma nova relação econômica, que surge com base e a partir da relação de valor, isto é, do dinheiro, mas não se confunde com ele. O capital expressa a relação entre proprietários e não-proprietários de meios de produção, ou proprietários de meios de produção e proprietários de força de trabalho. A exemplo da relação vendedor/comprador, cujo caráter estrutural funda-se na propriedade privada e na divisão social do trabalho, o caráter estrutural da relação capital/trabalho funda-se na separação jurídica, devida à forma burguesa da propriedade, entre o detentor do trabalho e o detentor das condições objetivas do trabalho<sup>12</sup>. Os indivíduos que se confrontam, na circulação, são agora portadores de novas funções econômicas, além das de vendedor/comprador de mercadorias comuns. O trabalhador vende para comprar, isto é, vende a força de trabalho para adquirir meios de subsistência, enquanto o capitalista compra para vender, isto é, compra força de trabalho (e demais insumos da produção) para vender mercadorias. É uma relação de grande complexidade precisamente por sobrepor-se à relação-valor e incorporá-la, isto é, por sobrepor-se ao dinheiro e incorporá-lo a si. É esta a distinção teórica decisiva entre o dinheiro e o capital, segundo o sistema de Marx.

O dinheiro expressa o valor como trabalho social cristalizado, imobilizado na sua matéria. O capital expressa o valor que se valoriza, isto é, trabalho social em movimento expansivo<sup>13</sup>. No dinheiro o valor só existe meteoricamente na circulação, pois é logo destruído pelo consumo, incapaz de se conservar, exceto como aberração ao negar-se como meio de circulação, como no entesouramento. No capital o valor se conserva e se

<sup>10</sup> Considerando a ênfase notável com que Marx analisou esta distinção, é surpreendente o pequeno destaque que este tema merece, de modo geral, nos textos que tratam da teoria de Marx sobre o dinheiro.

<sup>11</sup> Harvey aponta, acertadamente, esta circunstância, ao situar a razão pela qual Marx inicia o *O Capital* com o estudo da mercadoria: "Foi o resultado de uma longa investigação, uma longa viagem de descobertas (...). Começamos com o que é na realidade uma conclusão" (Harvey, p. 1).

<sup>12</sup> A transição do dinheiro para o capital como formas dominantes do valor nos seus respectivos âmbitos - isto é, circulação simples e circulação capitalista - reflete um extenso e profundo processo histórico de mutação das relações sociais fundamentais, que Marx descreve sob o título de acumulação primitiva. Este processo, não abordado neste artigo, constitui o pressuposto real do surgimento do capital.

<sup>13</sup> "O dinheiro (...) perdeu, como capital, a sua rigidez, e transformou-se de uma coisa palpável em um processo" (Marx, 1977, p. 203). "Na circulação simples, M-D-M, o valor das mercadorias atingiram no máximo uma forma independente dos seus valores de uso, isto é, a forma de dinheiro; mas este mesmo valor agora, na circulação D-M-D', ou circulação do capital, repentinamente apresenta-se como uma substância independente, dotada de um movimento próprio (...)" (OC, I, p. 130).

expande, mas para isto deve necessariamente circular. No dinheiro o valor se esvai no consumo, ao ser convertido em valores de uso, no capital o valor transforma-se em valores de uso a fim de conservar-se. O valor torna-se sujeito ao transitar ininterruptamente, na circulação, do dinheiro para as mercadorias e destas para o dinheiro, isto é, o valor abrange e unifica as suas formas particulares e geral, as mercadorias e o dinheiro. Isto significa que a contradição intrínseca à mercadoria, entre o valor e o valor de uso, que no sistema monetário<sup>14</sup> se situa na esfera da circulação, opondo o dinheiro às mercadorias, como polos opostos e excludentes, no capitalismo é projetada para a esfera da produção. Neste caso o trabalho, um dos polos da contradição, representa o universo dos valores de uso, isto é, o valor de uso como potência, virtual<sup>15</sup>, em confronto com o capital, que representa o universo do valor pois unifica em si todas as expressões do valor.

A diferença nítida entre o dinheiro e o capital torna-se mais visível quando representada simbolicamente:

“D” é a representação do dinheiro (valor quantitativamente determinado, estático)

“D - M(MP+FT) ... P ... M' - D' ” é a representação do capital (valor em movimento continuamente repetido)

Vê-se que o surgimento do capital não extingue o dinheiro, apenas o absorve como um dos momentos e das formas do seu ciclo, o mesmo ocorrendo com as mercadorias. Nesta posição subordinada, o dinheiro mantém no capitalismo a sua caracterização e as suas propriedades originais, mas perde uma parte das suas funções, que passam a ser realizadas por elementos derivados do capital, como se verá no item seguinte. Assim, o desenvolvimento da relação-capital não altera as determinações originais do dinheiro, na qualidade de equivalente geral de valor, como medida do valor e base do padrão de preços. O dinheiro, como valor autonomizado, é um pressuposto do capital, mas não só em sentido histórico, pois ele é um pressuposto essencial do capital cotidianamente, uma vez que as mercadorias, embora produzidas por produtores capitalistas e não por trabalhadores autônomos, necessitam ingressar na circulação a fim de se converterem de formas particulares de valor na forma autônoma, o dinheiro. Todavia, para que as mercadorias possam circular o mais livremente, o dinheiro deve ter sido convertido em padrão de preços e meio de circulação e de pagamento.

Por outro lado, como o dinheiro e a mercadoria são ambos formas do capital, no capitalismo desaparece a oposição absoluta existente entre eles na circulação simples, e ambos se revelam como o que realmente são, apenas diferentes formas do valor: o dinheiro a forma geral e as mercadorias as formas particulares (OC, I, p. 130). Assim, enquanto o conceito do dinheiro se restringe à forma geral de valor, o capital integra em uma unidade as formas geral e particulares. Por conseguinte, o capital não é dinheiro nem mercadoria individualmente, tampouco é a soma dos dois, mas é o movimento da

<sup>14</sup> Sistema monetário é uma denominação com que Marx também designa a circulação simples de mercadorias.

<sup>15</sup> Marx desenvolve este ponto nos Grundrisse I: “Portanto, como dinheiro o capital não está em contradição com o valor de uso, pois ele só existe fora do dinheiro precisamente em valores de uso. (...) Deste ponto de vista o contrário do capital não pode ser, outra vez, uma mercadoria particular; pois como tal ela não constitui uma antítese do capital, uma vez que a substância do próprio capital é valor de uso; não esta ou aquela mercadoria, mas toda mercadoria. A substância comum de todas as mercadorias (...) é de serem *trabalho objetivado*. O único diferente do trabalho *objetivado* é o *não-objetivado*, mas ainda se objetivando, o *trabalho* como subjetividade. (...) Portanto, o único *valor de uso* que pode constituir uma antítese ao capital é o *trabalho* (e precisamente o trabalho gerador de valor, isto é, *trabalho produtivo*)” (Marx, 1976a, p. 195-6; 1977, p. 212-3).

transformação e retransformação de um em outro<sup>16</sup>, não uma só vez, mas em repetição contínua. Está portanto evidente que as propriedades do capital não coincidem com as do dinheiro, mas o capital as incorpora, assim como incorpora as propriedades das mercadorias<sup>17</sup>.

Mas as mercadorias integram-se ao conceito de capital não apenas como formas de valor, sendo decisivos também os valores de uso específicos, pois estes, ao contrário do que ocorre na circulação simples, em que não afetam a natureza do intercâmbio, passam a ser essenciais ao capital. Assim, na operação D-M os valores de uso representados em M não são aleatórios: por um lado, partes proporcionalmente determinadas de M devem ser convertidas em meios de produção e força de trabalho, respectivamente; por outro lado, a natureza dos meios de produção está determinada pela mercadoria que se deve produzir. Neste sentido o capital, além de ser a unidade do dinheiro e da mercadoria, é também unidade da circulação, da produção e do consumo. Por esta razão é que a fórmula completa do capital é D-M(MP+FT)--P--M'-D', e não apenas D-M-D', que representa somente o seu movimento na esfera da circulação. As características da forma P é que determinam a composição de M e a magnitude de D, e não o contrário<sup>18</sup>.

Para sublinhar de modo drástico a evolução contida na transição do valor, da forma dinheiro para a forma capital, Marx a comparou com a evolução do homem a partir do macaco, e situou o equívoco teórico, no que diz respeito à economia, no fato de que, ao contrário do que ocorre no processo real, toma-se a forma inferior - o dinheiro - como a forma dominante em relação à forma superior, que é o capital<sup>19</sup>. O enfoque monetário de Keynes, ao caracterizar a economia capitalista como *economia monetária*, incorre precisamente nesta crítica de Marx<sup>20</sup>. Sendo o dinheiro a expressão da relação vendedor/comprador, o postulado de que ele constituiria a categoria mais significativa da economia, como em Keynes, equivale a supor que os agentes econômicos relacionam-se apenas como compradores e vendedores de mercadorias, desconhecendo portanto o surgimento de relações econômicas mais desenvolvidas, correspondentes ao capital (Marx, 1977, p. 185-6). Assim sendo, no enfoque monetário as relações vendedor/comprador são as determinantes do sistema, e os fenômenos da circulação são os mais relevantes, ao passo que a teoria de Marx conceitua a relação capital/trabalho como determinante e a esfera da produção como a mais relevante.

<sup>16</sup> "... o capital não é dinheiro nem mercadorias (...). O capital não possui forma material como tal, embora possa ser representado em forma material" (Weeks, p. 133).

<sup>17</sup> De modo geral um capital qualquer é identificado quantitativamente como uma soma de dinheiro, mas isto não significa que ele exista na forma de dinheiro, apenas reflete a função de unidade de conta do dinheiro, referindo-se ao capital tanto na forma de mercadorias quanto de dinheiro (ou mesmo apenas dinheiro de crédito). Mas este procedimento normal obscurece a natureza real do capital como distinta do dinheiro.

<sup>18</sup> Se a relação social determinante, no capitalismo, é a relação que ocorre na esfera da produção entre o valor, representado pelos meios de produção, e o valor de uso, representado pelo trabalho vivo, segue-se que a dinâmica do sistema capitalista é dada pelas leis desta relação. É por esta razão que a análise do capital, feita por Marx no *O Capital*, é basicamente uma análise da relação capital/trabalho, isto é, uma análise do capital, e não da relação vendedor/comprador, que seria uma análise do dinheiro. Este só comparece novamente no fim da obra, quando Marx retorna à análise da esfera da circulação.

<sup>19</sup> "*O dinheiro como capital* é uma determinação do dinheiro que ultrapassa a sua simples determinação como dinheiro. Ela pode ser encarada como realização superior; do mesmo modo que se pode dizer que o macaco se desenvolve em ser humano. Em contraste com isto, costuma-se colocar a forma inferior como o sujeito dominante sobre a forma superior. Seja como for, o *dinheiro como capital* diferencia-se do *dinheiro como dinheiro*" (Marx, 1977, p. 189; 1976a, p. 173).

<sup>20</sup> A radical distinção entre as concepções de Marx e Keynes sobre a natureza do capitalismo foi analisada pelo autor (Germer, 1996a). Ver também Weeks (1981, p. 96-7).



#### 4. O dinheiro no capitalismo

A análise do dinheiro no capitalismo não pode consistir na aplicação direta dos conceitos referentes às suas formas e funções na circulação simples, expostas por Marx no L I do *O Capital*, devido à dominância da relação-capital sobre a relação-dinheiro. Dois aspectos principais devem ser considerados: em primeiro lugar, as condições em que se realiza a circulação das mercadorias alteram-se em aspectos decisivos como resultado da dominância do capital sobre o dinheiro, o que se pode sintetizar dizendo que o *sistema de crédito* substitui o *sistema monetário*, alterando o modo pelo qual o dinheiro realiza as suas funções e as formas sob as quais as realiza; em segundo lugar, o fato de que o dinheiro aparece sob duas roupagens diferentes no capitalismo, por um lado como simples dinheiro, e por outro lado como forma do capital. Marx dedicou grande esforço para demonstrar a necessidade de distinguir estas duas configurações do dinheiro no capitalismo.

Marx utilizou o conceito de sistema de crédito para designar a estrutura de circulação dos valores própria do capitalismo<sup>21</sup>, em oposição ao conceito de sistema monetário, que designa a estrutura de circulação dos valores própria da circulação simples, isto é, por intermédio do dinheiro nas funções de meio de circulação e de pagamento. Mas Marx não definiu, de modo explícito e rigoroso, o significado desta expressão, o que causa certa dificuldade para o leitor porque, dada a complexidade que a circulação apresenta no capitalismo, os elementos do sistema são variados e se articulam de modo complexo, tornando também complexa a tarefa de defini-lo. Todavia, os elementos do que Marx designa como sistema de crédito estão presentes na sua exposição, de modo que aqui se procurará apresentar a sua articulação estrutural.

O sistema de crédito é formado por dois conjuntos de elementos, por um lado o crédito comercial<sup>22</sup> e a função de meio de pagamento do dinheiro<sup>23</sup> e, por outro lado o capital de comércio de dinheiro<sup>24</sup>, o capital portador de juros e o crédito monetário, completando-se com a constituição do sistema bancário, no qual todos estes elementos se combinam. Enquanto no sistema monetário é o dinheiro que medeia a circulação das mercadorias, no sistema de crédito é o crédito que o faz. A essência da diferença reside no fato de que a circulação monetária expressa o processo de autonomização do valor, isto é, de conversão do valor da sua forma particular de mercadoria na sua forma geral de dinheiro. A circulação do crédito, em contrapartida, está vinculada à circulação de valores em processo contínuo de valorização, valores já constituídos ou convertidos em dinheiro na circulação monetária. Todavia, o sistema de crédito absorve o sistema monetário, uma vez que, para que os valores se expandam, é necessário que primeiramente se constituam através da sua autonomização como dinheiro, na mera circulação. O instrumento de circulação no sistema monetário é o dinheiro, e no sistema de crédito é o *dinheiro de crédito*, a ser definido a seguir.

Além da complexidade própria do dinheiro como relação social expressa em um objeto, cujas formas e funções são, ademais, em certa medida reguladas pelo Estado

<sup>21</sup> "O sistema de crédito é sua própria criação [do capital industrial], é uma forma do capital industrial, iniciando-se na manufatura e que se expande mais com a grande indústria (Marx, 1985a, p. 1509; 1979a, p. 1466). De Brunhoff apresenta uma interpretação em muito semelhante ao presente artigo (De Brunhoff, p. 76-83).

<sup>22</sup> O crédito comercial "constitui a base do sistema de crédito" (OC, III/2, p. 21).

<sup>23</sup> "O dinheiro de crédito 'se origina diretamente da função do dinheiro como meio de pagamento' (OC, I, p. 117).

<sup>24</sup> "Os movimentos puramente técnicos que o dinheiro realiza no processo de circulação do capital industrial ..." são as funções originais do capital de comércio de dinheiro (OC, III/1, p. 237), mas ele difunde-se de tal modo que "completamente desenvolvido está o comércio de dinheiro, mesmo no seu estágio inicial, assim que a suas funções restantes se combina a de conceder e receber empréstimos e a do comércio de crédito" (Ibidem, p. 240).

quando a esfera da circulação está plenamente constituída, no capitalismo o dinheiro apresenta-se sob duas formas diferentes e sobrepostas, constituindo um fator adicional a dificultar o entendimento preciso da sua especificidade enquanto dinheiro. A duplicidade do dinheiro no capitalismo reside no fato de que ele se apresenta, na esfera da circulação, por um lado como simples dinheiro, isto é, como meio circulante<sup>25</sup>, inclusive em nome do capital, e por outro lado representando capital propriamente dito sob forma monetária em várias modalidades. A dificuldade provém do fato de que a massa de dinheiro fisicamente homogênea diferencia-se pelos diferentes personagens que cada peça monetária pode representar, que são o simples dinheiro, o capital monetário propriamente dito e o capital portador de juros (OC, III/1, p. 337-8). Todavia, representando qualquer destes personagens o dinheiro na circulação desempenha apenas funções de dinheiro, de modo que o problema consiste em identificar em nome de quem ele as desempenha em cada caso. Assim, como meio circulante o dinheiro funciona como meio de circulação e de pagamento, em atos do tipo M-D ou D-M. Mas estas duas funções podem ser realizadas em nome de consumidores ou de capitalistas. No primeiro caso o dinheiro é forma-dinheiro do rendimento, em circuitos do tipo M-D-M, mediando o consumo, seja de trabalhadores, seja de capitalistas; no segundo caso é forma-dinheiro do capital, mediando portanto a reprodução dos capitais, nas suas fases de circulação, portanto na conexão entre a última fase de um ciclo e a primeira fase do ciclo seguinte: ...M'-D'---D-M...; no terceiro caso, o capital monetário representado pelo dinheiro pode ser capital próprio ou capital emprestado ou portador de juros, duplicando a circulação em D-D ... D'-D'. (OC, III/1, p. 337-8).

#### As funções do dinheiro no capitalismo

A definição do dinheiro como a mercadoria que funciona como equivalente geral de valor, que veio a ser o ouro no capitalismo, implica forçosamente que, dada a configuração atual do sistema de crédito, o *próprio dinheiro não mais circula* nos espaços nacionais<sup>26</sup>, embora continue desempenhando importante função de reserva e meio de pagamento internacional. Portanto, nos espaços nacionais não há circulação de dinheiro, mas de representantes seus, e além disto o ouro foi formalmente abandonado como base oficial do padrão de preços a partir de 1971. Sendo assim, os padrões monetários atuais parecem não possuir valor intrínseco ou padrão objetivo, convertendo o dinheiro aparentemente numa categoria inteiramente simbólica. Esta situação tem desafiado a teoria marxista e levou alguns autores a ensaiar adaptações da teoria de Marx que requerem o abandono da sua definição do dinheiro como mercadoria, sob o pressuposto implícito de que tal procedimento não feriria os fundamentos desta teoria. Esta suposição já foi contestada no item dois deste artigo. Aqui se procurará questionar a hipótese de que a configuração atual da esfera monetária invalida a teoria de Marx sobre o dinheiro. Partindo do princípio de que a teoria deve resolver a contradição entre os fenômenos aparentes e as leis internas que os determinam, e admitindo que as leis de movimento do capitalismo continuam em vigor, deveria-se em primeiro lugar procurar *explicar* a realidade monetária atual com base na teoria de Marx, antes de alterá-la sob a pressão das aparências fenomênicas. Esta tentativa não parece ainda ter sido feita suficientemente. Para isto requer-se a discussão das funções do dinheiro no capitalismo.

A demonstração da validade da definição marxista do dinheiro requer a realização de duas demonstrações: 1) de que a substituição total do dinheiro (=ouro) na circulação não é incompatível com a definição de Marx e que, ao contrário, logicamente deduz-se dela e Marx realizou explicitamente esta dedução; 2) de que o abandono do ouro como

<sup>25</sup> As funções do dinheiro como 'simples dinheiro' são as funções de circulação, portanto de meio de circulação e de pagamento, motivo pelo qual a massa monetária que as realiza se denomina meio circulante.

<sup>26</sup> De Brunhoff observa, com razão, que a base do dinheiro de crédito "é a circulação de créditos, quer dizer uma não-circulação de dinheiro" (p. 87).

padrão objetivo no *plano formal* não implica que ele tenha sido abolido, no *plano da economia real*, como equivalente geral de valor.

Nas funções de meio circulante o dinheiro foi substituído por dois instrumentos de circulação, derivados de duas de suas funções, por um lado papel-moeda estatal de curso forçado, que é uma forma do signo de valor e que tem sua origem na função de meio de circulação do dinheiro (OC, I, p. 108) e por outro lado dinheiro de crédito sob diferentes formas. O dinheiro de crédito, cujas formas mais desenvolvidas são a nota bancária e a nota do banco central, nasce espontaneamente da função de meio de pagamento do dinheiro (OC, I, p. 117), a qual, por sua vez, tem sua origem no surgimento de uma nova relação econômica, o crédito comercial, ou relação credor/devedor, que se sobrepõe à relação de valor, isto é, de vendedor/comprador<sup>27</sup>. A forma histórica primitiva do dinheiro de crédito é o título de dívida comercial ou letra de câmbio. Marx assinala que, desde os primórdios do capital mercantil europeu, no início do capitalismo, os títulos de dívida constituíram o meio mais geral de circulação nas grandes transações comerciais, estando a moeda metálica geralmente confinada à circulação de valores menores. Ele mesmo apresentou, no *O Capital*, dados mostrando a desproporcional superioridade, já na sua época, da circulação de dinheiro de crédito sobre a circulação metálica (OC, I, p. 117). Por outro lado, o próprio Marx observou que, com a difusão do sistema bancário e do dinheiro de crédito, a circulação metálica poderia ser inteiramente substituída pelo dinheiro de crédito na circulação interna<sup>28</sup>. Embora ele não se referisse a fenômeno idêntico no plano internacional, a substituição do dinheiro nas transações internacionais - que também já é uma realidade - é compatível com a sua teoria pelas mesmas razões que a justificam no interior dos países.

Assim, verifica-se que os instrumentos de circulação que substituem o dinheiro (=ouro) derivam dele a sua existência, em vez de surgirem em oposição a ele, o que foi deduzido pelo próprio Marx. A sua existência, portanto, não invalida a natureza do dinheiro como mercadoria nem conflita com a sua definição do dinheiro. Portanto, *neste sentido* são inócuos os esforços dos autores marxistas que se sentem forçados a encontrar uma alternativa para a definição dada por Marx ao dinheiro.

A segunda demonstração, de que o abandono formal do dinheiro-ouro como base do dinheiro de crédito não implica seu abandono real, é indispensável à validade da teoria de Marx sobre o dinheiro, mas não será feita aqui, dada a dificuldade do tema, devendo aguardar pesquisa posterior. Aqui somente se indicará alguns elementos que parecem sustentar esta hipótese. Em primeiro lugar, da suposição de que o dinheiro de crédito não mais possui um padrão objetivo decorre necessariamente uma das duas consequências seguintes, ambas insustentáveis no sistema de Marx. Por um lado, mantida a teoria do valor-trabalho, esta suposição significaria admitir, implicitamente, que a função de medida de valor do dinheiro pode ser realizada por uma unidade imaterial e puramente simbólica, ou seja, que algo que não possui valor seria capaz de medir valores<sup>29</sup>. É o mesmo que admitir que um objeto que não possui peso possa servir como padrão de medida de peso. Por outro lado, a premissa de Marx é que o conteúdo em

<sup>27</sup> A função de meio de pagamento do dinheiro não é um fenômeno apenas monetário, pois resulta de uma relação estranha ao dinheiro em si, que é o crédito. Portanto, é uma combinação de duas relações econômicas: a relação de valor e a de crédito. O crédito pode existir inclusive sem a existência do dinheiro, pois mesmo na troca direta um produtor pode adiantar a sua mercadoria ao outro e receber a deste mais tarde, ou fora da circulação de mercadorias. "O caráter de credor ou devedor origina-se aqui da circulação simples de mercadorias. (...) Mas os mesmos caracteres podem também apresentar-se em cena, independentemente da circulação de mercadorias" (OC, I/1, p. 114).

<sup>28</sup> "Toda a história da indústria moderna mostra que o metal, na realidade, só seria necessário para saldar o comércio internacional (...), se a produção interna estivesse organizada. Que o interior já agora não precisa de dinheiro metálico, demonstra a suspensão dos pagamentos em espécie pelos assim chamados bancos nacionais ..." (OC, III/2, p. 49).

<sup>29</sup> Isto foi tentado por Lipietz, mas não parece convincente, como se indicará adiante.

trabalho abstrato - substância do valor - das mercadorias, só pode ser medido através do confronto com algo que também contenha trabalho abstrato, isto é, outra mercadoria. Disto se deduz que a suposição de que os valores das mercadorias possam ser medidos sem referência a trabalho abstrato como padrão, implicaria admitir que os valores das mercadorias não são determinados pelo seu conteúdo em trabalho abstrato.

Em segundo lugar, segundo Marx o dinheiro, representado por uma mercadoria, é um elemento que emerge espontaneamente do processo das trocas, como um dos seus componentes indispensáveis. Ou seja, o dinheiro não foi nem poderia ser criado arbitrariamente pelo Estado. Este apenas fixa a unidade monetária, isto é, coloca o seu carimbo sobre certa quantidade da mercadoria-dinheiro adotada como padrão de preços. Se o dinheiro resulta espontaneamente do processo das trocas, e não da iniciativa do Estado, segue-se que ele também não poderia ser abolido pelo Estado, mas apenas pelo próprio processo de trocas. Mas isto é impossível, pois, segundo o sistema de Marx, a troca de mercadorias é impossível sem a presença de um equivalente geral de valor, como se procurou demonstrar no item 2. Se é certo que o Estado apenas fixa o padrão de preços, com base no dinheiro (=ouro), a situação atual poderia ser interpretada como a recusa - ou impotência - do Estado em fixá-lo oficialmente. Mas o dólar, o marco, etc, são unidades monetárias, portanto expressam padrões de preços, ou seja, certas quantidades da mercadoria-dinheiro. Se estas quantidades não são fixadas formalmente, ou é porque estão sendo fixadas informalmente, ou porque flutuam permanentemente à revelia do Estado.

Finalmente, parece um indutivismo simplista a conclusão de que o caráter supostamente imaterial dos padrões monetários atuais tornaria inválida a teoria do dinheiro de Marx e exigiria que os marxistas formulem uma teoria alternativa. Geralmente se omite o fato de que os padrões monetários do capitalismo foram todos explicitamente baseados no ouro como equivalente geral até 1971, e que a crise econômica mundial - que a partir desta data se explicitou e que até hoje não se resolveu - manifestou-se em uma crise monetária do tipo clássico mencionado por Marx: no momento da crise os títulos se desvalorizam ou são desacreditados e todos procuram apoderar-se do próprio dinheiro, o ouro. O fim da conversibilidade do dólar, decretado em 1971, não se deveu à perda de importância do ouro, ao contrário, resultou do receio de um esgotamento das reservas norte-americanas, diante da ameaça de corrida dos bancos centrais de outros países capitalistas avançados sobre as reservas de ouro dos Estados Unidos, como resultado da rápida erosão do volume destas reservas, que garantiam a conversibilidade do dólar<sup>30</sup>. Por outro lado, a forte desvalorização do dólar, que se evitava reconhecer oficialmente mas foi sancionada nesta data, significou uma violenta compatibilização do meio circulante à sua base real - o ouro. O padrão monetário - o dólar - foi alterado, uma vez que o conteúdo do dólar em ouro havia permanecido oficialmente fixado, desde 1934, na relação de US\$ 35 a onça, e após 1971 o dólar depreciou-se substancialmente, medido pela sua relação com o ouro. Parece que, em vista das novas circunstâncias, caberia aos marxistas procurar identificar as novas características da relação dos padrões monetários ao ouro em nossos dias, com base na teoria de Marx sobre o dinheiro e o dinheiro de crédito, ao invés de procurarem fornecer alternativas com base em um raciocínio indutivo simplista. É bem conhecida a dificuldade para contestar consistentemente mesmo uma parte de teorias complexas e consistentes, tais como a de Marx e outros. No presente caso isto ainda não foi realizado, seja por marxistas ou não-marxistas.

Marx salientou que o capitalismo comporta-se, nos momentos de prosperidade, como se pudesse libertar-se da base metálica, isto é, do dinheiro, mas acaba sempre chocando-se contra ele como um obstáculo intransponível. Assim, segundo Marx a

<sup>30</sup> A defesa das reservas nacionais de ouro diante da ameaça de uma drenagem drástica foi a causa recorrente das suspensões de conversibilidade, pelo menos desde a famosa *Restriction Act* inglesa, em vigor entre 1797 e 1819.

necessidade de que uma mercadoria seja o dinheiro é uma das causas básicas das contradições e crises do capitalismo. Consequentemente, o abandono desta necessidade como conceito teórico implicaria eliminar um dos elementos que permitem compreender teoricamente as contradições e crises do sistema. Segundo Marx, algumas formas derivadas do dinheiro podem resolver contradições inerentes a outras formas, mas nenhuma pode libertar o sistema da contradição intrínseca ao dinheiro - e inerente à forma-mercadoria dos produtos do trabalho - entre o valor e o valor de uso, ou seja, "entre [as] propriedades naturais particulares e [as] propriedades sociais universais" das mercadorias (Marx, 1977, p. 70-1; 1976a, p. 61-2)<sup>31</sup>.

### O dinheiro de crédito

Já se mencionou duas distinções que devem ser levadas em conta ao analisar o dinheiro no capitalismo segundo a teoria de Marx. Entre o dinheiro e o capital, por um lado, e por outro lado entre o dinheiro como simples dinheiro e como capital monetário. Mas há uma distinção adicional, pouco enfatizada na literatura atual, que é a diferença entre o dinheiro e o dinheiro de crédito, que implica que o conceito de dinheiro de crédito é irredutível ao de dinheiro, do mesmo modo que é irredutível a ele o conceito de capital<sup>32</sup>. O dinheiro de crédito é uma categoria própria do capitalismo, pois depende de condições que se instalam apenas quando o capitalismo já está constituído, e que não estão pressupostas no conceito do simples dinheiro<sup>33</sup>. É por este motivo que os fenômenos da circulação monetária, no capitalismo, não podem ser compreendidos apenas com os conceitos decorrentes da análise do dinheiro, que é em si uma categoria da circulação simples. Diversos autores marxistas não levam isto em conta e aplicam diretamente ao dinheiro de crédito, de modo indevido, conceitos relacionados ao dinheiro, como quando se atribui ao dinheiro de crédito as funções de medida de valor ou padrão de preços. De Brunhoff com razão afirma que "a função ... de medida dos valores não pode ser diretamente assegurada pelo dinheiro de crédito" (De Brunhoff, p. 88).

Uma das bases do dinheiro de crédito é a função de meio de pagamento do dinheiro, resultante do surgimento do crédito comercial, na circulação simples. Mas neste caso trata-se apenas da figura precursora do dinheiro de crédito, representada pela letra de câmbio usada como meio de circulação e de pagamento. O crédito comercial não é empréstimo de dinheiro, mas adiantamento de mercadorias ou diferimento de pagamento. No crédito comercial não há juro, que é uma categoria do capital, não do dinheiro. A constituição do dinheiro de crédito propriamente dito requer o desenvolvimento do sistema bancário, do capital portador de juros e do crédito monetário, que apenas ocorrem após o surgimento do capital. O sistema bancário<sup>34</sup>, por sua vez, tem como bases iniciais as reservas de capital monetário dos capitalistas industriais e comerciais, e vincula-se ao crédito comercial inicialmente através do desconto de letras de câmbio. Mais tarde notas bancárias particulares, representando direitos a ouro depositado nos bancos emissores, circulam no lugar do ouro, e finalmente as notas bancárias do banco central, ou simplesmente notas do banco central, substituem as notas dos bancos individuais. Portanto, o dinheiro de crédito apóia-se no sistema bancário e no crédito monetário, categorias inexistentes na circulação simples, o que

<sup>31</sup> "Todas as contradições do sistema monetário e da troca de produtos no âmbito do sistema monetário representam o desenvolvimento da condição dos produtos enquanto valores de troca, de sua determinação de valor de troca ou valor simplesmente" (Marx, 1977, p. 78).

<sup>32</sup> Marx criticou o procedimento de definir o capital como a soma dos valores dos meios de produção de um investimento, pois isto implica reduzir o capital a uma soma de dinheiro, ou seja, a um preço ou a dinheiro. Para ele, o capital é valor, portanto dinheiro, mas sob determinações novas - a *differentia specifica* - que o distinguem qualitativamente deste.

<sup>33</sup> "O dinheiro de crédito pressupõe, ao contrário, relações que, do ponto de vista da circulação simples de mercadorias, ainda nos são inteiramente desconhecidas" (OC, I/1, p. 108).

<sup>34</sup> Aqui trata-se do sistema bancário capitalista, não da sua configuração anterior ao capitalismo.

implica que o seu tratamento teórico só é possível no interior das categorias do capitalismo desenvolvido. Em síntese, no dinheiro de crédito combinam-se elementos da circulação simples - o dinheiro e sua função de meio de pagamento, e o crédito comercial - e da economia capitalista desenvolvida - o sistema bancário, o capital portador de juros, o desconto de títulos comerciais, o crédito monetário, as notas bancárias e finalmente as notas do banco central. O dinheiro (=ouro), portanto, é apenas um dos componentes do dinheiro de crédito.

Algumas implicações importantes decorrem disto. O dinheiro (=ouro) no capitalismo não desempenha nenhuma função na circulação, portanto não funciona como meio de circulação e de pagamento. Para os capitalistas também não funciona como meio de formação de reservas, substituídas pelo crédito que possuem nos bancos (mas cuja garantia foi, até 1971, a reserva de ouro do banco central). Mas que dizer da função de medida de valor e de padrão de preços nela baseado? A função de medida de valor só pode ser desempenhada pelo equivalente geral ou dinheiro, isto é, o ouro. O padrão de preços é fixado pelo Estado com base na medida de valor ou dinheiro. Inexistindo esta, não pode o Estado fixar o padrão de preços. Tome-se, por exemplo, o dólar. Assim como a libra esterlina e outras unidades monetárias fortes, o dólar não é papel-moeda estatal de curso forçado, mas nota do banco central, isto é, dinheiro de crédito. Cada dólar circulante representava originalmente um crédito em dinheiro real (=ouro) do portador no banco central. Se o Estado não fixa o valor do dólar com base na mercadoria-dinheiro, ele nada faz além de fixar-lhe o nome, o que é economicamente irrelevante. Consequentemente, o padrão de preços requer uma medida de valor material como base.

#### O entesouramento

O uso, que parece equivocado, do conceito de entesouramento por alguns autores marxistas ilustra as dificuldades em que se incorre ao não considerar rigorosamente as distinções indicadas por Marx entre as categorias da circulação simples e da circulação capitalista. Ele também ilustra a influência deformadora, sobre a teoria marxista, de paradigmas teóricos mais solidamente implantados nos meios universitários. Aqui pretende-se abordar um aspecto da influência da teoria keynesiana, que se revela na superestimação do entesouramento no capitalismo.

Para expor o enfoque teórico de Marx é conveniente distinguir entre a forma e o conteúdo implícitos no conceito de entesouramento aplicado à circulação simples e ao capitalismo, respectivamente. Quanto à forma, o entesouramento consiste na formação de reservas de dinheiro, e neste aspecto o entesouramento ocorre tanto na circulação simples quanto no capitalismo<sup>35</sup>. Todavia, quanto ao conteúdo, as reservas formadas na circulação simples e no capitalismo são totalmente diferentes, e Marx foi claro a respeito, embora o seu ponto de vista esteja disperso em diversas passagens, portanto não se encontre concentrado em um texto único. Mas a distinção baseia-se na estrutura do seu enfoque teórico, podendo portanto ser exposta de modo conciso.

Quanto ao conteúdo, a motivação do entesouramento é acumular riqueza, que na circulação simples só se pode fazer retirando *dinheiro* da circulação e acumulando-o<sup>36</sup>.

<sup>35</sup> Quando De Brunhoff, por exemplo, apresenta a "definição geral do entesouramento como interrupção do processo de trocas" (De Brunhoff, p. 57 e 67), refere-se ao à forma, mas não à motivação ou conteúdo do entesouramento.

<sup>36</sup> Para ser significativo, o conceito de entesouramento deve expressar uma função econômica de um agente real, como o entesourador na circulação simples, cuja fórmula é M-D, isto é, venda destinada a obter dinheiro para ser entesourado. Mas há formas de dinheiro retirado da circulação que não são entesouramento. Por exemplo, as frações monetárias mantidas em reserva, na circulação simples, resultantes do fato normal de que a receita das vendas não é transformada em consumo

No capitalismo, porém, o objetivo de acumular riqueza só pode ser satisfeito pelo procedimento oposto, isto é, lançando o dinheiro na circulação *como capital*. Isto é, no capitalismo é a acumulação de capital<sup>37</sup> que responde à motivação de acumular riqueza<sup>38</sup>. No capitalismo, mesmo a conservação do valor não é obtida com o entesouramento do dinheiro, pois todo dinheiro é um equivalente de capital, isto é, de valor que poderia valorizar-se durante o tempo em que está imobilizado fora da circulação. Assim, ao invés de conservar-se ele diminui relativamente, pois seu possuidor incorre em um custo de oportunidade, que consiste no rendimento que teria obtido caso o investisse ele mesmo ou o emprestasse a outro capitalista<sup>39</sup>. As reservas formadas pelos capitalistas individuais não são motivadas pelo desejo de acumular dinheiro desativado, mas constituem um mal necessário, que o sistema lhes impõe, como condição ou resultado do processo de reprodução dos seus capitais<sup>40</sup>. Além disso, não são reservas de dinheiro mas de capital monetário, ou seja, de capital potencial em forma monetária. Segundo Marx, estas reservas são, basicamente, as reservas de depreciação e de expansão (OC, II, p. 329, 359), podendo-se acrescentar as reservas para pagamento de débitos previsíveis no cronograma de gastos de cada empresa (OC, I, p. 118). Estas reservas é que constituem o entesouramento na economia capitalista, e correspondem a uma necessidade imposta aos capitalistas individualmente. Como se vê, este entesouramento só formalmente se identifica com o entesouramento que ocorre na circulação simples, diferindo totalmente quanto ao conteúdo. Portanto, não existe no capitalismo uma função econômica correspondente ao entesouramento, entendido como retirada premeditada de dinheiro da circulação. O entesouramento no capitalismo é apenas um momento técnico inevitável no processo de acumulação dos capitais individuais.

O sistema capitalista repudia a esterilização dos capitais, isto é, o entesouramento, e transforma, por intermédio do sistema bancário, as reservas individuais dos capitalistas momentaneamente superavitários em capital ativo nas mãos dos capitalistas momentaneamente deficitários<sup>41</sup>. Deste modo, a soma global das reservas dos capitalistas individuais é reduzida a uma reserva global muito pequena, concentrada no sistema bancário, mais especificamente no banco central<sup>42</sup>. Somente esta reserva pode ser denominada entesouramento no sentido de dinheiro esterilizado (De Brunhoff, p. 105 e 107). Consequentemente, a massa de dinheiro existente como entesouramento é comumente ínfima, exceto em momentos de desaceleração e de crise, em que ela aumenta porque parte significativa do capital social está paralizada. O ímpeto da

---

instantaneamente, mas aos poucos. Marx as denominou *moeda suspensa*, “mero momento técnico da circulação do dinheiro” (Marx, 1980a, p. 190), e as excluiu da condição de entesouramento.

<sup>37</sup> É conveniente insistir que acumular capital não é acumular dinheiro, valor estático, mas o valor na sua forma dinâmica, valor em processo de valorização, isto é, valor na forma D-M...P...M'-D'.

<sup>38</sup> “Esse impulso absoluto de enriquecimento, esta caça apaixonada do valor, é comum ao capitalista e ao entesourador; mas enquanto o entesourador é apenas um capitalista demente, o capitalista é um entesourador racional. A multiplicação incessante do valor, pretendida pelo entesourador ao procurar salvar o dinheiro da circulação, é alcançada pelo capitalista mais esperto ao entregá-lo sempre de novo à circulação” (OC, I, p. 129-30).

<sup>39</sup> “Retirad[o] da circulação, [o dinheiro] se petrificaria em tesouro e nenhum *farthing* se acrescenta a [ele], ainda que fique guardad[o] até o Dia do Juízo Final” (OC, I, p. 128-9).

<sup>40</sup> Lapavistas afirma, acertadamente, que “os tesouros formam-se estruturalmente ...” (p. 315), isto é, originam-se necessariamente do movimento do capital, não das intenções subjetivas dos entesouradores.

<sup>41</sup> “... os tesouros fornecem a base para o crédito monetário e para o crescimento do sistema bancário. (...) os bancos convertem os tesouros em capital portador de juros, e assim devolvem o dinheiro à acumulação real” (Lapavistas, p. 315). “Compreende-se a alegria causada pelo sistema de crédito, quando dentro dele todos esses capitais potenciais, ao se concentrarem em mãos de bancos etc., tornam-se capital disponível, *loanable capital*, capital monetário, e precisamente não mais passivo, como música do futuro, mas ativo, [que se expande]” (OC, II, p. 359-60).

<sup>42</sup> “... o resultado desta função do sistema bancário é (...) compatibilizar a manutenção de reservas monetárias inativas pelos capitalistas individuais com a sua dispensa quase completa para o conjunto dos capitalistas” (Germer, 1996b, p. 9).



acumulação faz com que, graças ao sistema bancário, mesmo as reservas monetárias destinadas ao consumo, oriundas de salários mais elevados e dos lucros e dispersas por toda a economia, para serem gastas gradualmente ao longo do tempo, sejam convertidas pelo sistema bancário em capital monetário emprestável e consequentemente em capital ativo. Deste modo, as reservas de capital monetário e mesmo de simples dinheiro, que na sua origem não são capital portador de juros ou capital de empréstimo, são nele convertidas pela intermediação do sistema bancário.

Deve-se notar, em primeiro lugar, que as reservas monetárias depositadas pelos capitalistas nos bancos não constituem entesouramento, mas conversão das reservas (ou do entesouramento compulsório) em capital portador de juros, isto é, desentesouramento. Em segundo lugar, esta conversão das reservas em capital portador de juros não é um resultado agregado não visado pelos agentes individuais. Ao contrário, os capitalistas que depositam suas reservas nos bancos, o fazem porque rejeitam a sua esterilização e com o propósito explícito de obter um rendimento da sua aplicação. Ao fazê-lo, não atuam como entesouradores, mas como capitalistas monetários exercendo a função econômica correspondente, cuja fórmula de circulação é  $D-D'$ , e neste aspecto sobrepõem esta nova função à sua condição de capitalistas produtivos<sup>43</sup>. Caso estes capitalistas tivessem uma intenção positiva de esterilizar dinheiro entesourando-o, deveriam guardá-lo em cofres próprios ou de empresas especializadas nesta função, que não seriam bancos.

Deve-se observar que o capital de empréstimo existente especificamente sob a forma de capital portador de juros nas mãos de capitalistas monetários ou rentistas, difere nitidamente do anterior. O capital portador de juros não constitui entesouramento, nem na forma nem no conteúdo, mas é capital monetário emprestável acumulado por capitalistas monetários com a finalidade explícita de auferir rendimento na forma de juros. Ele não constitui dinheiro ou capital retirado da circulação, mas está sempre realizando o ciclo  $D-D'$ , exceto em momentos de crise ou desaceleração do processo de reprodução, em que uma fração do capital total, em todas as formas, está inativo. Sendo capital e não simples dinheiro, o estado normal do capital portador de juros é estar emprestado para capitalistas ativos, produzindo mais-valia e rendendo juros. Portanto, ele encontra-se normalmente nas mãos dos seus possuidores não na forma de dinheiro ocioso, mas na forma de títulos de dívida.

Finalmente, existe uma fração de capital monetário que não é imediatamente reserva de dinheiro nem capital portador de juros. Trata-se da forma-dinheiro do capital circulante, depositado nos bancos e convertido também em capital de empréstimo, e correspondente àquela parte do capital destinado a realizar pagamentos em dinheiro em futuro próximo, na função de meio de circulação, como partes dos salários e outras compras correntes.

Neste sentido Lapavitsas, que produziu um dos melhores textos recentes sobre a teoria de Marx sobre o dinheiro, parece equivocar-se no tratamento do entesouramento, pois denomina entesouramento o que é, na realidade, formação de capital portador de juros. Ao mencionar a formação das reservas obrigatórias dos capitalistas individuais, Lapavitsas afirma, como já citado, que o entesouramento é a base do crédito monetário, pois os bancos convertem os tesouros individuais em capital de empréstimo. O autor analisa com precisão o papel do sistema bancário neste aspecto, no que diz respeito à forma do processo, mas quanto ao conteúdo, parece que deixou-se influenciar pela cultura keynesiana, por assim dizer, da preferência pela liquidez. Como observado acima, não são os bancos, mas os próprios capitalistas que convertem as suas reservas em capital portador de juros quando as depositam, e neste ato adotam a função complementar de capitalistas monetários. Aqui se sugere que a origem do equívoco

<sup>43</sup> Neste caso os capitalistas ativos funcionam como rentistas, pois o rendimento que auferem do seu capital portador de juros não é a taxa de lucro mas a taxa de juros.



situa-se no enfoque keynesiano, cujo conceito de preferência pela liquidez deforma um processo próprio do capitalismo, dando-lhe uma interpretação inconsistente.

A preferência pela liquidez é necessária a Keynes para fundar a sua teoria da taxa de juros, que ele define enfaticamente como a "recompensa por não entesourar" (Keynes, 1980, p. 174). Para que este conceito tenha sentido, é preciso que se atribua aos capitalistas uma motivação positiva para entesourar, isto é, retirar dinheiro da circulação para esterilizá-lo em reserva, o que permite que a taxa de juros seja conceituada como a compensação que justifica o desentesouramento do dinheiro<sup>44</sup>. Este foi o modo de Keynes escapar da tese neoclássica do juro como expressão monetária do produto físico marginal do capital, uma vez que ele não conseguiu distinguir adequadamente o dinheiro do capital e, consequentemente, não chegou ao conceito do dinheiro como *capital* monetário. A teoria da taxa de juros de Marx, porém, não necessita deste artifício, pois na sua teoria a taxa de juros é determinada pela oferta e demanda de *capital monetário* portador de juros<sup>45</sup>. Assim sendo, a concepção keynesiana de uma inclinação ou propensão ao entesouramento, ou 'preferência pela liquidez', é incompatível com a economia capitalista e com a teoria marxista. A única propensão coerente com o capitalismo é a propensão a investir para obter lucro.

## 5. Conclusões

Neste artigo procurou-se identificar o encadeamento lógico entre as teorias do dinheiro e do capital, de Marx, a fim de preencher a lacuna existente nas exposições disponíveis acerca das suas concepções sobre o dinheiro, e contribuir para uma melhor compreensão da teoria sobre o *dinheiro no capitalismo*, isto é, a fim de poder identificar com maior precisão a inserção do dinheiro propriamente dito na estrutura da economia capitalista, segundo este autor.

A necessidade de combinar as teorias do dinheiro e do capital a fim de obter uma *teoria do dinheiro no capitalismo*, pode ser ilustrada com o fato de que a natureza do dinheiro de crédito e do sistema de crédito sobre o qual se apóia, não pode ser compreendida apenas com base na exposição de Marx sobre o dinheiro na circulação simples, pois nesta fase não existe ainda o capital, e nem, consequentemente, o crédito monetário, isto é, o crédito na sua configuração capitalista, nem o sistema bancário, e assim por diante. Isto significa que o caráter do dinheiro de crédito não pode ser deduzido apenas da natureza do dinheiro, mas contém elementos essenciais derivados da natureza do capital. Do mesmo modo a noção do entesouramento, no capitalismo, não pode ser deduzida da sua definição na circulação simples, requerendo que se estude, preliminarmente, a natureza da circulação capitalista. Em síntese, a teoria do dinheiro de Marx não pode ser apreendida apenas com base na sua exposição sobre o dinheiro na circulação simples. O dinheiro e as suas propriedades mantêm-se plenamente no capitalismo, mas as funções que ele exerce, e as formas através das quais as exerce,

<sup>44</sup> O conceito de preferência pela liquidez de Keynes é ambíguo, e ele mesmo ressaltou que ele não pode ser identificado com o entesouramento, mas de preferência com a noção de 'propensão ao entesouramento', pois o seu resultado não é o aumento do dinheiro entesourado, mas da taxa de juros. Na própria exposição de Keynes, a preferência pela liquidez reflete apenas a momentânea retração dos aplicadores que esperam obter um rendimento anual maior se aplicarem mais tarde, ao invés de agora. Nestas condições, o sentido preciso do conceito de Keynes fica pouco claro, pois o comportamento dos detentores de capital monetário, retratado por Keynes, é mais compatível com a noção de maximização do rendimento (juros) do que de 'propensão a entesourar'.

<sup>45</sup> A comparação que De Brunhoff faz, entre os conceitos de entesouramento de Marx e Keynes (De Brunhoff, p. 36-42), parece inadequada porque o conceito de Marx refere-se à circulação simples, e o de Keynes à circulação capitalista. Curiosamente, De Brunhoff não retoma a comparação na análise do dinheiro de crédito, onde seria pertinente e esclarecedora.

alteram-se na sua hierarquia e na sua configuração como resultado da dominância do capital.

A teoria de Marx sobre o dinheiro não se reduz à exposição constante do primeiro livro de O Capital, nem basta acrescentar-lhe a exposição constante da *Contribuição*. Por um lado, é necessário examinar as outras obras em que Marx desenvolve os elementos da sua teoria, relevantes para a compreensão do dinheiro, devendo-se destacar os *Grundrisse* e as *Teorias da mais-valia*. Por outro lado, a teoria de Marx sobre o dinheiro não se reduz aos conceitos referentes à circulação simples, aos quais geralmente os autores marxistas têm se limitado, mas é integrada, de pleno direito, pela análise do dinheiro no capitalismo. Todavia, é um equívoco supor que esta análise consta apenas do livro III de O Capital, pois Marx avança, desde os primeiros textos econômicos relevantes, para a conceituação do sistema de crédito e do dinheiro de crédito, embora lhes tenha dado mais profundidade e amplitude nos textos inseridos por Engels no livro III de O Capital. Entretanto, é indispensável mencionar, aqui, um outro motivo pelo qual a análise do dinheiro no capitalismo constitui parte plenamente integrante da teoria de Marx sobre o dinheiro. Este motivo pode ser melhor caracterizado lembrando a indicação metodológica de Marx, segundo a qual o estudo das formas mais desenvolvidas de um fenômeno permite compreender com maior precisão as formas menos desenvolvidas. Isto se aplica plenamente ao conceito do dinheiro, forma primitiva do valor, própria da circulação simples, cujos contornos tornam-se mais nítidos quando se compreende as características do capital, forma mais desenvolvida do valor.

O problema teórico constituído pela aparente vigência do dinheiro puramente simbólico, no capitalismo contemporâneo, foi também abordado, procurando-se aplicar à sua análise estritamente os conceitos teóricos elaborados por Marx. A conclusão inevitável é de que, segundo o sistema teórico deste autor, o dinheiro, como fenômeno da economia mercantil, deve ser, necessariamente, uma mercadoria destacada do universo das mercadorias. Isto não significa, porém, que a mercadoria-dinheiro deva circular materialmente em qualquer das suas funções. Neste sentido, considerando a própria caracterização da circulação do dinheiro de crédito como uma 'circulação de não-dinheiro', não há incompatibilidade de princípio entre a natureza do meio circulante atual e a existência de uma mercadoria-dinheiro como base, mesmo que sem expressão legal. Este problema, entretanto, não pode ser considerado definido e requer, portanto, maior aprofundamento, mas os autores marxistas não deveriam deixar-se seduzir por um fácil procedimento indutivista de concluir que a mercadoria-dinheiro não existe por não ser visível à vista desarmada. Esta questão também chama a atenção para o fato de que o dinheiro deve ser analisado, no capitalismo, segundo o conjunto das suas funções e formas, e não apenas segundo as suas funções na esfera da circulação.

#### **Bibliografia**

- BELLUZZO, L.G.M. (1987). Valor e Capitalismo; um Ensaio sobre a Economia Política. SP, Bional. 121 p.
- DE BRUNHOFF, S. (1978). A moeda em Marx. Rio, Paz e Terra. (Original: "La Monnaie Chez Marx", Editions Sociales, Paris, 1976).
- FOLEY, D.K. (1986). Understanding capital : Marx's economic theory. Cabridge, Mass. : Harvard University Press. 183 p.
- GERMER, C.M. (1996a). 'Economia monetária' ou 'economia capitalista'? Marx e Keynes sobre natureza do capitalismo. *Estudos Econômicos*, USP (SP), v. 26, Número especial, p. 51-81.
- GERMER, C.M. (1996b). O capital de comércio de dinheiro como conexão entre o capital produtivo e o crédito bancário, segundo Marx. Anais do XXIV Encontro Nacional de Economia, Dezembro, p. 171-192 (Área 4).
- HARVEY, D. (1982). The Limits to Capital. Chicago : The Univ. of Chicago Press.

KEYNES, J.M. (1980). *The General Theory of Employment Interest and Money*. London : The MacMillan Press (for the Royal Economic Society). (The collected writings of John Maynard Keynes, Vol. vii. First Ed. 1936).

LAPAVITSAS, C. (1991). The theory of credit money: a structural analysis. *Science and Society*, v. 55, n. 3, Fall, 291-322.

LIPIETZ, A. (1983). *Le monde enchanté; de la valeur à l'envol inflationniste*. Préface de Charles Bettelheim. Paris : La Découverte/Maspero.

MARX, K. (1974). Para a crítica da economia política. In: MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Seleção J.A. Giannotti. São Paulo : Abril Cultural. P. 107-263.

MARX, K. (1976a). *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*. V. 1. Berlin : Dietz Verlag. MEGA, II/1.1.

MARX, K. (1976b). *Zur Kritik der Politischen Ökonomie (Manuskript 1861-63)*. Teil 1. Berlin : Dietz Verlag. MEGA, II/3.1. (Sem tradução em português).

MARX, K. (1977). *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Borrador) 1857-1858*. v. 1, 9a. ed. México, Siglo xxi Argentina Editores. 1a. ed. 1971. Tradução de Pedro Scaron.

MARX, K. (1980). *Zur Kritik der Politischen Ökonomie*. Berlin : Dietz Verlag. MEGA, II/2.

MARX, K. (1982). *Zur Kritik der Politischen Ökonomie (Manuskript 1861/63)*. Text - Teil 6. Berlin : Dietz Verlag. (MEGA), II/3.6. (Sem tradução em português).

MARX, K. (1983-1985). *O Capital; crítica da economia política*. 3 v., 5 t. São Paulo, Abril Cultural.

WEEKS, J. (1981). *Capital and exploitation*. Princeton, N.J. : Princeton University Press.